SOS EMBRAPA – O DESMONTE CONTINUA.

Sem dar a menor importância às discussões que estavam ocorrendo nas Comissões de Transição do Governo Eleito, o Conselho de Administração da Embrapa (CONSAD), seguindo no seu projeto de desmonte e conversão da EMBRAPA de Empresa de Pesquisa para Prestadora de Serviços de Pesquisa para o setor privado, em sua 211ª reunião dia 16 de dezembro de 2022, aprovou a terceirização dos serviços agrícolas/rurais, descumprindo o acordo coletivo de trabalho da categoria e desrespeitando a ação judicial sobre o tema que continua em andamento.

Essa decisão alterou unilateralmente o Plano de Carreiras da Embrapa (PCE) modificando as atividades/funções dos cargos de Assistentes (Classes A, B e C), a fim de preparar o campo e substituir os empregados e empregadas por meio da contratação de empresas para execução indireta destes serviços.

Ignorando as discussões e a finalização dos trabalhos de transição entre governos, os sucessivos alertas e solicitações do Sindicato, a tramitação de ação judicial que trata do tema e a posse e os projetos políticos do governo eleito, essas alterações foram aceleradas e pautadas pelo alto escalão da empresa, já no apagar das luzes de 2022, decidindo apressadamente, sem discussão com o Sindicato, de forma autoritária, pelas alterações e pela publicação no Boletim de Comunicações Administrativas (BCA) nº 02/2023 no dia 04 de janeiro de 2023.

A ideia de que contratação de assistentes de pesquisa como terceirizados seja viável, só pode ser concebida por quem não conhece nada sobre a atividade-fim da Embrapa: a pesquisa. Além de atender a um propósito claro de destruição dessa empresa pública. Demonstra ignorância total sobre o rigor, treinamento e experiência necessários para instalação e execução de experimentos científicos a campo e/ou em laboratório, que exige profissionais altamente treinados e comprometidos com os objetivos da instituição. Estes não podem ser substituídos por trabalhadores precarizados, de baixos salários, sujeitos a alta rotatividade, e por isso acabam não sendo satisfatoriamente treinados para atender os objetivos da pesquisa ou, ainda que sejam, tal mudança reduz significativamente a capacidade produtiva das equipes da empresa, que desvia recursos para atividades-meio, gestão de contratos temporários, redundância de capacitação, riscos trabalhistas e de acidentes, riscos à segurança da informação e oneração dos escassos recursos financeiros públicos.

Assim, com a Terceirização das atividades dos Assistentes, a atual Diretoria da empresa está fragilizando e colocando em risco a própria sustentabilidade, reconhecimento e função pública da Embrapa, os recursos estatais que a sustentam, a saúde e segurança dos trabalhadores que atuam na empresa e os resultados gerados para a sociedade, assumindo problemas, já cientificados e alertados pelo Sindicato, que culminam em interrupções, atrasos e descontinuidade de atividades, perdas de resultados e, até mesmo, em cancelamentos de projetos de pesquisa.

Abaixo, detalhamos e exemplificamos diversas situações problemáticas relacionadas e constatadas em consequência da decisão equivocada dos Conselheiros e Diretoria que fomentam o desmonte da empresa:

a) aumento da burocracia para contratação contínua, perdas de prazos, atrasos e cancelamentos de atividades com data certa para serem executadas;

b) falta, redução ou cortes de recursos para contratação de pessoal;

c) falta de empresas locais que atendam as especificidades das atividades da empresa ou às normas e regulamentos exigidos para contratação em nível Público Federal (Embrapa, TCU, AGU, etc.). Lembrando que a esmagadora maioria das Unidades e Campos Experimentais da Embrapa estão localizadas em municípios do interior do Brasil, muitas vezes em áreas rurais, desprovidas de estradas pavimentadas, sem transporte público, falta de telecomunicação estável, ausência de infraestrutura urbana e sem possibilidades de convívio familiar ou social nos horários de descanso, intra ou interjornadas dos trabalhadores, o que exige adequações trabalhistas e fiscalização para garantir um ambiente laboral salutar e as devidas compensações. Esta realidade chama ainda mais a

atenção, quando ocorre em ambiente rural (comum na Embrapa), pois há décadas proprietários rurais (setor privado, relata-se de passagem) reclamam da progressiva diminuição e dificuldades para encontrar mão de obra para atividades de campo. Os atuais gestores da Embrapa parecem ter atingido um nível de distanciamento da realidade brasileira alarmante, que prejudica e dificulta as atividades de rotina e pesquisa já seriamente comprometidas na nossa empresa, sem sensibilidade, ou humildade democrática ou visão estratégica.

d) comprometimento da segurança na confiabilidade dos resultados produzidos pelos trabalhadores, devido ao fato da terceirização, em geral, ter como característica a menor oportunidade de qualificação profissional, a instabilidade e rotatividade no posto de trabalho, depender de treinamento permanente (às vezes, indisponível) que atenda o dinamismo e versatilidade da pesquisa científica, ser um risco permanente para interrupções nas coletas de dados, provocar descontinuidade e impor adaptações nos experimentos em andamento e, descomprometimento científico, por falta de vivência, atuação no ramo ou experiência dos trabalhadores. Por consequência, há a redução da confiabilidade nos resultados de pesquisa produzidos pela Embrapa, e do reconhecimento nacional e internacional desta empresa;

e) Desvios de função da atividade dos pesquisadores, analistas, técnicos e dos assistentes remanescentes, que passarão a gastar mais tempo em atividade-meio, no constante treinamento dos profissionais terceirizados que em curto espaço de tempo, poderão não estar mais à disposição, obrigando os empregados efetivos a treinar novo pessoal ou, até mesmo, substituir rotineiramente (como já ocorre hoje) a força de trabalho terceirizada, por conta de:

i. abandono de contratos e falências com reaberturas de CNPJ;

ii. desconhecimento da região e/ou da atividade;

iii. cortes ou atrasos orçamentários das fontes financeiras que pagariam os terceirizados;

iv. falta de pessoal disponível localmente para execução das atividades contratadas (quarteirização, subcontratação);

v. lentidão e redundância por repetição nas tentativas de terceirização;

vi. urgências nos casos de riscos de perdas de experimentos, deterioração de materiais ou patrimônio público, cuidados gerais devido ao risco de morte imposto aos animais de pesquisa, perdas de plantações e cultivares, incêndios e sazonalidades;

vii. erros e dificuldades na produção de resultados devido ao descomprometimento ou por desconhecimento, ocasionando a mobilização dos empregados concursados para retrabalho corretivo;

f) Redundância e aumento do gasto de tempo na fiscalização e acompanhamento das atividades dos trabalhadores terceirizados no campo e laboratórios por necessidade de garantias do rigor científico que os protocolos de pesquisa requerem ou de intercorrências que a experiência e vivência científica permitem contornar;

g) Corresponsabilização de empregados gestores de contratos (Chefes, supervisores, pessoal administrativo da EMBRAPA e pesquisadores) por precarização da mão de obra, golpes de empresas, abandono de contratos, não pagamento de salários, supressão de férias e dias de descanso, desvios de função, descumprimentos trabalhistas, trabalho escravo, não observação de Normas Regulamentadoras, Programas de Controle Médico e em Segurança, contenção de riscos, da própria Legislação Trabalhista e Previdenciária, por desconhecimento ou por descaso, situações estas que já ocorrem hoje, sendo fiscalizadas e notificadas pelo Sindicato e constituindo um risco concreto que

tende a aumentar com a terceirização;

h) retrabalho, gasto de tempo em treinamento e retreinamento ininterrupto de equipes flutuantes e interrupção de atividades. A reforma trabalhista provocou a contratação e recontratação contínuas pelas empresas terceirizadas que, para esquivar de responsabilidades trabalhistas, previdenciárias e tributárias, aumentaram a rotatividade de pessoas.

Ex: apenas na atividade de cozinha de uma Fazenda Experimental da Embrapa, em 2022 tiveram cinco cozinheiras trocadas (média de aproximadamente 75 dias de permanência no posto de trabalho), sendo que a única cozinheira que permanece por mais de ano, não depende unicamente de seu salário terceirizado (que sofre com constantes atrasos), pois possui verba complementar de seguridade de seu cônjuge. A não permanência de trabalhadores terceirizados nos postos de trabalho, mesmo a empresa contratante mantendo vínculo com a Embrapa, provocou o deslocamento e desvio de função de trabalhadores concursados para contornar o problema num regime terceirizado. Se existe precedente real e recorrente em atividades de menor complexidade, ressalta a preocupação e alerta manifesto deste Sindicato para as atividades especializadas, complexas, insalubres, perigosas e que exigem maior rigor, experiência, rotina, habilidades adquiridas e conhecimento do meio ambiente onde são executados os trabalhos.

i) Risco potencial de infrações, improbidade e de aumento nos passivos trabalhistas, previdenciários e judiciais na empresa.

Mas a aprovação da terceirização é apenas uma das ações da atual Diretoria Executiva e CONSAD, que continuam atuando se não houvesse ocorrido mudanças de direcionamento do Governo Federal. Continuam as ações antissindicais de expulsão do Sindicato das dependências da Embrapa, perseguição de diretores, normas burocráticas que dificultam e até impedem a ações de pesquisa principalmente com agricultura familiar e comunidades tradicionais.

Por isso reafirmamos as providências urgentes contra o desmonte da Embrapa, já encaminhadas à equipe de transição, mas que se tornam mais necessárias em função da continuidade do desmonte, mesmo depois da posse do novo governo e do novo ministro. Sugerimos as seguintes medidas:

1 - Exoneração imediata de toda Diretoria Executiva, segundo e terceiro escalão da Embrapa, para evitar que o desmonte seja aprofundado e vire fato consumado. A alegação de que a diretoria tem mandato não é válida porque não passou pelo processo legal de escolha sacramentado pela EMBRAPA, e ela assumiu depois que o presidente anterior, escolhido em processo legal foi arbitrariamente demitido pela então Ministra da Agricultura.

2 – Exoneração imediata dos atuais representantes do governo no CONSAD, para evitar que aprofundem o desmonte, e reestruturação do órgão.

3 - Reorganização do CONSAD para incluir além dos representantes do Ministério da Agricultura e Pecuária e do Ministério da Economia, como é atualmente, de representantes de outros ministérios para os quais a Embrapa poderá contribuir, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência, Família e Combate à Fome, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Igualdade Racial e Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, bem como a reconstrução da representação forte dos movimentos sociais,

4 - Mudança no Sistema Embrapa de Gestão (SEG), para que a pesquisa da Embrapa volte a atender os interesses de toda a sociedade e não com apenas setores dominantes do agronegócio e muito menos para atender as demandas de para um conjunto de programas de computador, que impedem de realizar qualquer atividade que não estiver dentro de sua programação.

4 - Suspensão imediata do ERP-SAP, auditoria ampla para apuração dos problemas causados em

retrabalho, sobrecargas e adoecimento das equipes, com eventual responsabilização, criminalização e devolução do dinheiro gasto no Programa.

5 - Suspensão imediata do "Transforma Embrapa" (reestruturação e reforma administrativa da Embrapa), com auditoria e possível responsabilização da Consultoria Falconi e exigência da indenização dos danos causados.

6 – Um acompanhamento e auditoria completa nas ações da Assessoria Jurídica, que tem subsidiado à atual diretoria da Embrapa em orientações equivocadas e no mínimo duvidosas, que podem causar sérios danos e prejuízos de caráter judicial para a EMBRAPA Também em relação às ações da Auditoria Interna que parece ter se tornado uma ferramenta de coação e pressão sobre as chefias de unidades que não seguem a cartilha política da Diretoria, além de criar empecilhos para ações com agricultura familiar e comunidades tradicionais.

7 - Auditoria ampla sobre assédio moral e punição dos responsáveis, em todos os níveis da empresa;

8 - Exigência em relação à nova Diretoria da Embrapa: Diálogo com sindicato, trabalhadores e movimentos sociais.

9- Reposição do quadro de empregados urgente e estratégica por meio de concurso público para todos os cargos e funções deficitários (principalmente para os cargos de apoio à pesquisa: assistentes, técnicos e analistas, cujos primeiros estão sendo eliminados do quadro da EMBRAPA pela atual diretoria da empresa, inviabilizando a execução da pesquisa, prejudicando a manutenção de patrimônio público, cuidados com animais e cultivares, infraestrutura e logística e sobrecarregado setores, gerando assédio institucional e adoecimentos).

10 - Revogação imediata de todos atos antissindicais e perseguições de trabalhadores e dirigentes como retaliação por ações sindicais. Com a punição dos gestores responsáveis pelas arbitrariedades.

Seção Sindical Pantanal do SINPAF

Corumbá-MS, janeiro de 2023